

A Geopolítica Americana da Independência à Guerra-Fria

João Rua*

RESUMO

A potência imperial americana, tradicionalmente ligada aos temas clássicos da estratégia e relações internacionais, é discutida, aqui, a partir da influência que as principais concepções teóricas – idealismo, realismo, isolacionismo e internacionalismo/globalismo – têm tido na sua política externa, nos dois últimos séculos, até o período

da Guerra-Fria; basicamente idealista na filosofia e realista na ação. O objetivo deste trabalho é apresentar e debater os problemas e contradições que têm marcado tal política, especialmente no que tange em implicações para a América Latina.

PALAVRAS-CHAVE:

Estados Unidos; Poder; Estratégia; Política Externa.

De há muito, as relações internacionais deixaram os gabinetes diplomáticos e as instituições militares e passaram a interessar os acadêmicos que passaram a se ocupar, preferencialmente, das múltiplas relações entre os eventos internacionais de um país e os seus rebatimentos internos com a inevitável valorização dos temas culturais, econômicos, político-estratégicos, dentre outros. As concepções teóricas ligadas ao realismo político (doravante chamadas de realistas) e aquelas ligadas ao idealismo, doravante referidas como idealistas, desde cedo, marcaram os debates que passaram a interessar uma gama cada vez mais ampla de estudiosos da temática e que só recentemente admitiram uma outra concepção chamada de liberal-internacionalista ou globalista. Para Beck (1999, p. 27) trata-se de uma concepção de que o mercado mundial substitui a ação política numa perspectiva neoliberal que reduz a multidimensionalidade da globalização a uma única, a econômica, subordinando as demais dimensões – ecológica, cultural, política etc.

A concepção idealista, de base Kantiana, compreendia que os problemas ligados à guerra e à manutenção da paz seriam resolvidos em um concerto de nações que buscaria a harmonia e a cooperação entre os homens e entre as nações, balizada (tal harmonia) por princípios morais e éticos. A Liga das Nações nasceu a partir desta concepção.

A Segunda Guerra Mundial demonstrou quão difícil seria a manutenção de um sistema dessa ordem. Principalmente durante a Guerra Fria fortaleceu-se a concepção realista (de base Hobbesiana) que não tem como objeto principal a explicação das causas do poder: concentra-se no poder em si mesmo, sendo a busca deste considerada inata ao ser humano (Vigevani et al., 1994, p. 7). Preocupa-se, predominantemente, com a polaridade política, militar e ideológica e lança pequena atenção às questões econômicas, subsumidas por aquelas polaridades. No contexto pós-Guerra Fria, esta concepção tem sofrido algumas transformações e, numa leitura, denomi-

nada por alguns, neo-realista, incorpora às suas tradicionais polaridades as preocupações econômicas. Por exemplo, nas últimas décadas, a tradicional proposição realista de independência entre a esfera interna e a externa na ação dos estados dificilmente se sustentou, por conta da intensa atuação das organizações da sociedade civil.

Como veremos, no decorrer do trabalho, é esta concepção que vai predominar até os dias atuais, mesmo, eventualmente, “incorporando” ao seu discurso princípios idealistas/internacionalistas ou sendo influenciada pela concepção globalista, mas sem abrir mão de uma certa “razão cínica” que marca indelevelmente a concepção realista. A fusão da concepção realista com a globalista-internacionalista tem sido dominante a partir dos anos oitenta, principalmente nos Estados Unidos.

A concepção globalista ou liberal-internacionalista tenta incorporar a dimensão e a influência das questões econômicas nas relações internacionais (Vigevani et al. 1994, p. 9). Diferentemente dos realistas (e neo-realistas), “os globalistas consideram que o livre-mercado e a plena vigência das regras de concorrência, os mais perfeitos possíveis seriam o principal veículo na maximização das vantagens de todos os atores internacionais, estatais e privados” (Vigevani et al., 1994, p. 11). Valorizam o papel dos atores privados, demonstrando a importância que as empresas transnacionais/globais adquirem nos anos oitenta e como passam a desempenhar papel de relevo nas relações internacionais, imbricadas com os órgãos do Estado. Esta concepção torna-se marcante no pós-Guerra-Fria, durante o governo Clinton (mesmo com fortes doses de realismo), mas o governo George W. Bush parece fundir o realismo, marcado por um crescente isolacionismo da potência americana e um globalismo marcado por um intervencionismo seletivo. Os globalistas aceitam que a natureza dos conflitos internacionais é, antes de tudo de natureza econômica, antes do que ideológico-militar como prescrevem os realistas.

O quadro multipolar anterior à Primeira Guerra Mundial define um equilíbrio de poder mantido por um grande número de potências constituídas por antigos impérios ou potências emergentes, como os Estados Unidos – objeto de nosso estudo; o período de entre-guerras foi marcado por multipolaridades indefinidas, onde os Estados Unidos se consolidam como potência; no período pós-Segunda Guerra desenvolve-se uma bi-polaridade em que os Estados Unidos passam a definir uma logística global e a URSS passa a atuar como potência política e militar e se torna o “antagônico” dos Estados Unidos, numa oposição marcada pela “Guerra-Fria”; com a superação da bi-polaridade e desmantelamento do império soviético, define-se um quadro complexo em que, se por um lado os Estados Unidos emergem como única superpotência em termos militares, em termos econômicos e políticos alternam-se situações em que a hegemonia americana se faz sentir e, ao mesmo tempo, se criam condições para outras potências fazerem valer suas posições. Estas contradições na atuação da superpotência americana marcam o momento presente e vão constituir uma das indagações a serem enunciadas neste trabalho.

O momento atual é caracterizado por novas questões não tipicamente territoriais como a biodiversidade, as patentes de seres vivos ou o uso da Internet. Tudo isto marcado por uma volta à discussão da multipolaridade (até mesmo provocada pelos Estados Unidos); por uma re-definição dos órgãos representativos (como a ONU, na Cúpula do Milênio, no início de setembro de 2000); por uma aceleração da economia, que não vem sendo acompanhada pela política, na velocidade das transformações por uma série de novas alianças estratégicas, agora misturadas a alianças comerciais, que fazem com que o jogo político atual esteja mais preso à economia do que ao controle efetivo de territórios (como veremos com relação aos Estados Unidos); por uma importância maior das pressões internas, marcadas pelos interesses externos dos cidadãos de um

país, que influem, mais do que nunca, nas políticas externas; por uma transformação das empresas multinacionais em empresas globais, tanto pela forma de atuação quanto pela área de abrangência, para só citar algumas das múltiplas características do complexo momento atual, marcado, profundamente, por novas geopolíticas¹ de estados, empresas, grupos de diversas naturezas e uma injunção entre os diversos atores.

O objetivo central deste trabalho é examinar, numa visão geral, as ações geopolíticas do Estado norte-americano que redundaram na afirmação do país como potência planetária, num período que vai da independência até a Guerra-Fria.

Nossa opção foi, sobretudo, pelo viés das relações político-militares, tão importantes no último século para a política internacional norte-americana, por percebê-las sintéticas (no sentido de integradoras) e, mais especificamente, geopolíticas, além de ser uma abordagem menos freqüente nos dias atuais. Embora sem desconhecer a dimensão econômica (valorizada pela geografia política), por vezes “submersa” nas teias das relações político-estratégicas, como no contexto da Guerra-Fria, por exemplo, aquela dimensão percebe-se ressurgida vigorosa, ultimamente, como veremos na parte final do trabalho quando nos distanciaremos da abordagem político-militar-estratégica, e, simultaneamente do “olhar” dominante até o fim da Guerra-Fria.

Como nos ocuparemos dos Estados Unidos e as abordagens predominantes têm sido as concepções idealista/internacionalista, realista (a mais marcante) e globalista/internacionalista (mesmo que influenciada pelas demais), é a elas que daremos mais atenção e é com elas que dialogaremos.

Para se compreender a presença americana no mundo atual é preciso retomar alguns princípios norteadores do projeto nacional de construção dos Estados Unidos e observar as intencionalidades e/ou coincidências que têm favorecido a emergência do país como potência. Neste arti-

go balizaremos nosso recorte temporal no final da Guerra-Fria.

Os primeiros “princípios” que podem ser percebidos como uma proto-geopolítica (o termo geopolítica só será cunhado por Kjellen, em 1899) mas que deixaram marcas profundas (presentes e invocadas até hoje) na logística internacional norte-americana podem ser relacionados à Doutrina Monroe, ao Destino Manifesto e às formulações de A. T. Mahan a respeito do poder marítimo.

DA INDEPENDÊNCIA A POTÊNCIA MUNDIAL

Nas duas primeiras décadas do século XIX, a jovem nação americana, ainda em formação, corria riscos de invasão por potências européias de áreas já incorporadas ao seu território ou de áreas que viriam a ser incorporadas, como o litoral do Pacífico onde ingleses e russos penetravam. O presidente James Monroe reagiu enviando ao Congresso uma declaração – a Doutrina Monroe – que nunca chegou a ser votada como lei, mas sua linguagem ambígua tem servido aos mais distintos propósitos, nos dois últimos séculos, principalmente como justificativa às sucessivas intervenções na América Latina. Para Naro (1987)

com a Doutrina Monroe declarou-se que os Estados Unidos não tinham nenhuma pretensão sobre as colônias ou dependências de quaisquer potências européias. Da mesma forma, alertou-se aos governos europeus sobre o perigo que correriam caso insistissem em expandir a sua hegemonia para o hemisfério americano. Segundo um dos trechos da Doutrina, os Estados Unidos considerariam a menor tentativa, por parte das potências européias, de estender o seu domínio a qualquer porção desse hemisfério, perigosa para a paz e segurança americanas. (Naro, 1987, p. 20)

No dizer da autora, os Estados Unidos se colocavam como tutores de toda a América.

A Doutrina Monroe tem sido, recorrentemente, invocada para justificar ações de intervenção diversas, seja no “Big Stick” de Theodore Roosevelt (1901) seja nas “Políticas de Boa Vizinhança” ou “Aliança para o Progresso”. Na verdade, essa doutrina significava, antes de tudo, uma autêntica autoproclamação de direitos naturais de uma jovem potência que emergia do outro lado do Atlântico, para o livre exercício de sua política de expansão nesta parte do globo, conforme nos mostra Costa (1992, p. 66).

À medida que o processo de colonização do Oeste prosseguia, o colono participava de um compromisso ideológico a que Francis Sullivan denominou, em 1845, de o Destino Manifesto², que representava um desejo, compartilhado pelos colonos de estender a sua “comunidade” até o Pacífico (Naro, 1987, p. 6). Enquanto os norte-americanos avançavam sobre o remoto Oeste, pressupostos românticos intensificavam-lhes a fé sobre a superioridade e o destino glorioso de suas instituições livres, as quais teriam a missão de espalhar-se por todos os vastos territórios a oeste do Mississippi. Nesse conjunto de idéias vagas cabiam os interesses dos especuladores de terras, dos colonos ávidos de terras livres e religiosos desejosos de estender sua atuação missionária para o oeste e para o Pacífico.

A anexação do Texas, a guerra com o México (com a conseqüente incorporação do vasto oeste) e a atuação na bacia do Pacífico e o domínio do comércio com o Oriente, a partir dos portos de San Diego, San Francisco e do Puget Sound (já em meados do século XIX) demonstram bem como esse ideário serviu como justificativa a expansionismos de diversas naturezas.

Os interesses externos, seletivamente apoiados pela opinião pública norte-americana, eram, segundo Sellers et al. (1985, p. 263), constituídos basicamente: pela expansão de governos livres, republicanos e constitucionais; por uma aceitação das idéias ligadas à Doutrina Monroe

e ao domínio sobre o Caribe; pela aceitação da relação ambivalente com a Inglaterra que, apesar de numerosos choques, sempre acabou na aceitação inglesa da hegemonia americana no hemisfério ocidental; pelo desejo de expansão do comércio com o Oriente, especialmente o Japão e a China.

Para Pamplona, com as noções de destino manifesto e de povo escolhido

que teria como missão difundir as tradições democráticas e igualitárias da Revolução Americana, com as quais (a opinião pública) ainda acreditava fundamentar suas ações, fez-se o ajuste com as práticas concretas que exigiam o emprego da força para a expansão do comércio e do poderio naval norte-americanos. (Pamplona, 1995, p. 32)

Juntando-se a isso as formulações do spenceianismo ou do darwinismo social que entendiam como natural a expansão dos mais fortes sobre os mais fracos e a missão civilizatória e cristianizadora do homem branco, além da difusão do progresso à maneira ocidental, teremos o balizamento moral e ético para as ações geopolíticas que caracterizaram o final do século XIX. A presença norte-americana no ultramar é necessária, pois “o processo civilizatório cria mais e mais nobres necessidades e o comércio segue o missionário” (Sellers et al, 1985, p. 265).

O capitão (depois almirante) Alfred T. Mahan, estudioso da influência do poder marítimo sobre a história, afirmava que uma nação agrícola e industrial moderna necessitava de mercados externos para seus excedentes. Para isso uma marinha mercante eficiente apoiada por forte marinha de guerra, a aquisição de portos e de estações carvoeiras no exterior passaram a ser exigências de uma grande nação expansionista, representada por uma elite da política externa da qual Mahan fazia parte, além de Theodore Roosevelt, que se tornaria presidente dos Estados

Unidos. Todo esse movimento expansionista com vistas à dominação de recursos e mercados, do final do século XIX, teria seu coroamento com a construção do Canal do Panamá, inaugurado em 1914, defendida por Mahan.

Costa (1992, p. 69) lembra que, “com Mahan, surge uma ótica norte-americana das relações internacionais nesse contexto”, principalmente após sua obra mais importante publicada em 1890 (*The Influence of Sea Power Upon History*) ou a de 1900 (*The Problem of Asia and its Effect Upon International Politics*) na qual preconiza a importância de pontos de apoio (colônias ou protetorados) em volta do continente eurasiático e espalhados pelo globo para o desenvolvimento das atividades navais e para a manutenção da hegemonia pelas potências marítimas e navais. Além de valorizar a interdependência das marinhas mercantes e de guerra, como já vimos, demonstra que o poder marítimo tem sua chave em três elementos: produção, navegação e colônias, e que é necessária uma preparação militar com a transformação de seu potencial econômico territorial e marítimo em poder estratégico, ainda de acordo com Costa (1992, p. 72-73).

Rua (1998), ao analisar esse quadro geral de princípios que marcaram o século XIX como o século da formação e da expansão da potência americana, demonstra que:

Desse modo, a idéia do Oeste Selvagem que precisava ser conquistado e domado, funcionou como signo dos mais importantes da história americana. As aspirações territoriais têm se somado às aspirações de liberdade, tanto para as populações oprimidas dos outros continentes, quanto para os oprimidos no próprio país. As planícies, as montanhas e os desertos, divulgados pelo cinema, acabaram por se tornar marcas da liberdade e da amplidão que dominam a sociedade americana. (Rua, 1998, p. 61-62)

Ainda focalizando esse ideário que serviu (tem servido?) como justificativa e estímulo às ações encetadas pelo Estado americano, Baudrillard, complementa ao escrever que:

A convicção idílica dos americanos de que são o centro do mundo, a potência suprema e o modelo absoluto não é falsa. E baseia-se menos nos recursos, nas técnicas e nas armas do que no pressuposto milagroso de uma utopia encarnada, de uma sociedade que se instituiu a partir da idéia de que é a realização de tudo aquilo com que as outras sociedades têm sonhado. Ela (a sociedade) sabe-o, crê nisso e, finalmente, os outros também crêem. (Baudrillard apud Rua, 1998, p. 62)

Esse mundo ideal, para o mesmo autor, tem sido consagrado pelo cinema que, juntamente com outros mass-media, tem mundializado, para o senso comum, o modelo americano de sociedade.

A emergência da potência americana pode ser buscada no século XIX, logo após a Guerra da Secessão, quando, com exceção de alguns conflitos internos contra os índios no Oeste, começa um sistemático processo de expansão externa em direção à Ásia do Pacífico e à América Latina. A aquisição do Alasca, comprado à Rússia em 1867; nesse mesmo ano a anexação das ilhas Midway; a deflagração da guerra contra a Espanha, em 1898, que impulsionou a expansão para a Ásia e para as Antilhas, marcaram a política americana de superar as potências européias na busca por mercados.

A influência americana no século XIX foi conseguida graças à obtenção de possessões, protetorados e à intervenção militar em diversas áreas do mundo, que colocaram os Estados Unidos na primeira linha das potências mundiais, mas também se pode afirmar que houve um “exoterismo carregado de princípios expansionistas e convertido em pragmatismo, através de aquisições e anexações realizadas pela União”, no dizer de

Barbosa (apud Rua, 1998, p. 56). Ou, continuando com Rua (1998, p. 56), "A Primeira Guerra Mundial, ao arruinar os países europeus, facilitou a ascensão dos Estados Unidos, o que só vai se concretizar, efetivamente, no pós-Segunda Guerra Mundial, quando se torna a potência-líder do bloco capitalista".

UM INTERVENCIONISMO MILITANTE CADA VEZ MAIS PRONUNCIADO

Nas primeiras décadas do século XX, ainda com forte influência do grupo do qual Mahan fazia parte, os Estados Unidos dão os passos decisivos para se tornarem a potência dominante dos anos noventa. As influências que se farão sentir na geopolítica americana, ao longo deste século, serão variadas e abrangem Mackinder, Haushofer, Spykman, Brzezinski, sem falar de Bowman, Hartshorne, Gottman e outros para só citar alguns dos que se debruçaram preferencialmente sobre os Estados Unidos, com trabalhos fundamentais, principalmente na área acadêmica, mas não somente aí, como bem mostra Costa (1992, p. 232-233)

Os trabalhos do geógrafo britânico Halford Mackinder servem de base para grande parte da geopolítica do século XX. Embora não sendo americano, seus estudos influenciaram, sobretudo, a política externa americana e os pesquisadores deste século.

Sinteticamente pode-se dizer que Mackinder, numa época marcada pelo poder naval inglês, dirigiu sua atenção para as vantagens geoestratégicas do poder terrestre sobre o poder marítimo. Para ele, a posição pivô do *Heartland*, situado no centro da massa terrestre eurásiana, significava que quem ocupasse essa posição exerceria influência dominante na política mundial e dominaria as potências marítimas. Marcada por fortes influências organicistas, as formulações de Mackinder foram muito combatidas, pois se opunham às formulações de Mahan (que, como vi-

mos, priorizava o poder marítimo, enquanto Mackinder prioriza o poder terrestre), mas não deixaram de ser a interlocução básica para os analistas. Suas principais obras foram: *The Geographical Pivot of History* (1904) e *The Round World and the Winning of the Peace* (1943).

Mello assim apresenta o pensamento de Mackinder:

Essa teoria tinha como idéia-chave a existência de uma rivalidade secular entre dois grandes poderes antagônicos que se confrontavam pela conquista da supremacia mundial: o poder terrestre e o poder marítimo. O primeiro sediava-se no coração da Eurásia e, mediante uma expansão centrífuga, procurava apoderar-se das regiões periféricas do Velho Mundo e obter saídas para os mares abertos. O segundo, situado nas ilhas adjacentes ou nas regiões marginais eurásianas, controlava a linha circunferencial costeira do grande continente e, mediante uma pressão centrípeta, procurava manter o poder terrestre encurralado no interior da Eurásia. (Mello, 1999, p. 11-12)

Retomada várias vezes, esta teoria foi revista no auge da Segunda Guerra, adicionando-lhe novas contribuições como, por exemplo, a substituição do mapa mundi plano que usava até então por um redondo (*Round World*) que permitiu ajustes e correções à teoria do *Heartland*.

Para Costa:

Do ponto de vista de uma geografia política aplicada às estratégias globais, numa conjuntura marcada por disputas hegemônicas, em escala mundial, as idéias de Mackinder, essencialmente pragmáticas e destinadas a formar opinião, acabaram por influir numa ampla área do pensamento geopolítico, o que inclui até mesmo autores notoriamente situados em

campos opostos. Assim, Haushofer e seu grupo tomam-lhe emprestado o conceito de Heartland e o aplicam à geopolítica alemã envolvida pelos projetos do III Reich. (Costa, 1995, p. 78)

Outra forte influência sobre a geopolítica americana (e mundial) é a que exerceu o alemão Karl Haushofer. Seja por influência direta sobre os círculos militares, seja pelo desejo, por parte de geógrafos americanos (Bowman, Hartshorne e outros) de se contraporem às idéias geopolíticas alemãs, que consideravam anti-científicas (Costa, 1992, p. 120).

Foram as teses do *Heartland* e da ilha mundial, desenvolvidas por Mackinder, juntamente com a teoria orgânica de estado (desenvolvida por Ratzel), que constituíram a base para a geopolítica alemã. A visão orgânica de Estado afirmava que todos os componentes deste cresciam juntos, em um único corpo, com vida própria e em harmonia. Os valores espirituais, transcendentais da união solo/gente (que vêm de Hegel e Herder) acrescidos do darwinismo social, serviram de justificativa intelectual para os objetivos expansionistas da geopolítica alemã.

Profundamente marcado pelas concepções geopolíticas do sueco Kjellen, Haushofer, e o grupo ao qual pertencia, desenvolvem, em Munique, no entre-guerras, uma linha muito própria de análise geopolítica baseada em três eixos: o conceito de espaço, enunciado por Ratzel, e a demonstração de que uma potência necessitava de espaço; o conceito de ilha mundial e de *Heartland* desenvolvidos por Mackinder; a combinação Norte-Sul dos continentes apresentada por Haushofer e que influencia, mesmo hoje em dia, a política euro-africana da União Européia (Challand e Rageau, 1993, p. 28).

Costa demonstra que

Haushofer leva a extremos o que chamamos de determinismo territorial de Ratzel. Partindo de um conceito metafisi-

co de espaço geral e abstrato, uma entidade que modela e determina todas as demais esferas da vida social, ele conclui que o espaço rege a história da humanidade. Também como Ratzel, condena os povos que se conformam com as pequenas comodidades de um rincão seguro e acolhedor, preferindo os que almejam o espaço ideal ao seu futuro. (Costa, 1992, p. 132)

Por conta do comprometimento ideológico da geopolítica alemã, tanto a geopolítica em geral como a própria geografia política ficaram bastante atingidas e, como veremos, somente nos anos 70, no contexto da Guerra Fria, esses campos do conhecimento retomam sua importância científica.

Continuando na busca das principais influências sobre a geopolítica americana, agora nos períodos anteriores e posteriores à Segunda Guerra Mundial, retomamos, com Spykman, as influências de Mahan e, principalmente, de Mackinder.

Challand e Rageau (1993, p. 28) resumem bem as idéias de N.J. Spykman que, inspirando-se em Mackinder, adapta alguns conceitos elaborados por este último às circunstâncias dos anos 30. De acordo com esses autores, o geógrafo Spykman, que tinha uma visão do mundo como um sistema fechado em que nenhum país pode ficar isolado de suas relações com os demais, argumenta que somente uma aliança anglo-americana (potências marítimas) e russa (potência terrestre) poderiam impedir a Alemanha de controlar as regiões costeiras eurasiáticas e atingir, assim, a dominação mundial. Ele rejeita, entretanto, as conclusões estratégicas de Mackinder concernentes à importância do controle da área pivô do mundo (*Heartland*), privilegiando o controle do anel marítimo (*Rimland*) que cerca o *Heartland*.

Mello (1999, p. 93), ao traçar um panorama do grande debate que se travava nos Estados Unidos a respeito dos aspectos fundamentais da

grande estratégia a ser adotada pelo governo americano no campo da política internacional, no período de entre-guerras, apresenta as principais correntes que o influenciavam, algumas atuando como diretrizes desde o século XIX, outras desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX.

O problema da manutenção da paz mundial num período de ascensão do nazi-fascismo colocou em campos opostos os partidários do idealismo e do realismo em matéria de relações internacionais.

Os idealistas, marcados pelo espírito wilsoniano (pensamento internacionalista do presidente Wilson), propunham a adoção de um sistema de segurança mundial para preservar a paz, coordenado pela Liga das Nações. Os realistas demonstravam que a paz só poderia ser mantida mediante uma política de poder norteada pelos critérios da segurança e interesses nacionais.

Concepções mais tradicionais do pensamento americano, nessa matéria, incluíam os isolacionistas e os intervencionistas (que vêm desde a independência e que acabaram por se fundir às outras duas concepções). Os primeiros foram responsáveis pela não participação do país na Liga das Nações e defendiam uma política de “esplêndido isolamento” em relação aos assuntos exteriores ao continente americano, já que o país se encontrava protegido pelos dois maiores oceanos. Os intervencionistas advogavam a participação americana em todos os eventos que colocassem em perigo a segurança e os interesses do país, a exemplo do que ocorrera na Primeira Guerra Mundial.

Spykman, realista intervencionista, participou ativamente desse debate e escreveu duas obras essenciais para a discussão na época (*American Strategy in World Politics* e *Geography of the Peace*, ambas em 1944) onde afirmava que as forças americanas tinham de ocupar as bordas do continente eurasiático (primeira linha de defesa), para, então, estabelecer a segunda linha de defesa no próprio continente americano. Não há

necessidade de se lembrar a importância destas formulações no contexto do pós-guerra e do estabelecimento dos pactos militares subsequentes.

Os anos 70, em pleno contexto da Guerra Fria, marcam o ressurgimento da geopolítica americana agora relacionada aos nomes de Agnew, Kissinger e Brzezinski, às teorias do Domínio, e da Contenção com influências do *Hearland* de Mackinder e do *Rimland* de Spykman (retomado) e de sua Doutrina Truman disposta a barrar, por todos os meios, inclusive militares, o expansionismo soviético. Aparece, aí, bastante reforçado, o debate entre realistas/neo-realistas e os globalistas/internacionalistas enquanto os isolacionistas ficam sem qualquer destaque num contexto marcado pela Guerra-Fria.

Desta última fase (pós-anos 70), escolhemos Brzezinski, para focalizar por conta de ser um dos mais importantes formuladores da política de distensão, através da contenção, durante o governo Carter da segunda metade dos anos 70 cuja obra mais importante foi *Game Plan: a Geostrategic Framework for the Conduct of U.S.-Soviet Contest* de 1986. Basearemos, inicialmente, nossas referências em Mello (1999, p. 135).

Brzezinski, naquela obra, faz uma análise geopolítica e estratégica do conflito americano-soviético, promove um balanço global da confrontação Leste-Oeste, sugere linhas de ação para a política de segurança nacional norte-americana e esboça cenários sobre os desdobramentos da rivalidade entre as duas superpotências que, anos mais tarde, mostraram atualidade quando do esfacelamento do império soviético que ele anunciara, ao demonstrar que o poderio desse império era unidimensional e que as despesas militares exageradas conduziriam à sua derrocada, o que se antecipa às teses declinistas de Paul Kennedy.

A política de contenção americana, frente à expansão soviética em busca do domínio da Eurásia e da preponderância mundial, apresentada por Brzezinski, desenvolve-se ao longo de três frentes estratégicas basilares: a do Extremo Oci-

dente da Eurásia, a do Extremo Oriente da Eurásia e a do Sudoeste da Ásia onde existem “Estados-pinos geopolíticos”, com maior influência política, maior peso econômico ou geoestratégico, que deveriam merecer maior atenção dos Estados Unidos. As alianças militares demonstram bem esta intenção.

Outro autor que valoriza (e critica) as contribuições de Brzezinsk é Vesentini (2000, p. 95) quando analisa as idéias de Kissinger e Brzezinski dentro do “realismo geoestratégico” como componente da nova ordem mundial. Diz aquele autor que

Em resumo, tanto Kissinger quanto Brzezinski (e também, embora com importantes nuances, Huntington) identificam-se com o chamado realismo – a corrente que vê somente ou principalmente o Estado nacional como protagonista no cenário mundial e a sua atuação tem por base não ideais (democracia, direitos humanos, igualitarismo etc.) e sim interesses materiais – e ambos, especialmente Brzezinski, são quase continuadores da tradição geopolítica clássica: Kissinger e Brzezinski raciocinam principalmente em termos geoestratégicos e estão preocupados, antes de tudo, com a manutenção da hegemonia global dos Estados Unidos. (Vesentini, 2000, p. 109)

UMA SUPERPOTÊNCIA À PROCURA DE UM PAPEL

Os Estados Unidos continuam a representar um papel central no mundo atual. Eles estão onipresentes e tornaram-se a referência obrigatória, como modelo negativo ou positivo. Sua política externa, incluindo a comercial – básica para compreender as relações internacionais e geopolíticas atuais; seus problemas sociais; suas produções culturais, incluindo a produção cinematográfica e musical, não podem passar desa-

percebidas pois influenciam todo o planeta e se constituem um espelho para grande parte da população mundial.

Há, entretanto, um contraste nítido entre a imagem projetada internacionalmente pelos Estados Unidos e a que a população americana tem de seu país e dela mesma. Isto ocorre por conta de contrastes e contradições vividas pela política externa americana e pela imagem projetada interna e externamente, num movimento de indefinições (isolacionismo, intervencionismo, realismo, idealismo) que marca aquela política há séculos.

Jacquet e Moisi, de quem transcrevemos muitas das idéias aqui apresentadas (1996, p. 259), demonstram que quando os americanos elegeram Clinton, em 1992, após o triunfo de Bush na Guerra do Golfo, queriam alguém que, sobretudo, olhasse para a “casa” deles. Isto só aconteceu em parte – recuperou-se a produção econômica, as taxas de desemprego caíram muito – mas não há como os Estados Unidos podem voltar-se exclusivamente para si mesmos, como deseja boa parte da população. A insegurança interna e externa torna-se obsessiva e o contraste entre a imagem de potência projetada para o exterior com a imagem de vulnerabilidade vivida pelo cidadão médio é mais perceptível do que nunca. Os debates entre os candidatos Gore e George W. Bush, na eleição em fins de 2000, demonstraram as ambigüidades da política externa norte-americana. O primeiro apresentava uma posição mais globalista/internacionalista do que o segundo, com um discurso isolacionista marcado por um intervencionismo seletivo, desde que ameaçados os interesses nacionais.

Para os americanos continua a interrogação sobre o papel dos Estados Unidos perante um mundo que a população conhece muito mal e não consegue estabelecer os nexos necessários entre o “eu e o outro”. A política externa é um assunto de poucos. Por outro lado a geografia na escola americana nunca se colocou como disci-

plina afirmada... E México, Brasil, Vietnam ou Somália pouca diferença (?) fazem para o público americano, quando mencionados na mídia.

A Guerra Fria ajudava muito no equacionamento da relação com a alteridade, simplificando-a. Havia um inimigo facilmente identificável e o jogo da segurança interna, ao coincidir com o intervencionismo, desta vez socialmente legitimado, nas relações internacionais, satisfazia o cidadão comum. Este maniqueísmo permitiu reconciliar duas escolas opostas do internacionalismo americano, idealismo e realismo, contra um inimigo tão claramente identificável.

Esses balizamentos políticos subsumiram os econômicos. No período da Guerra-Fria, Os Estados Unidos exerceram uma “hegemonia complacente” (Fiori, 1998, p. 103), estimulando a recuperação européia e japonesa e aceitando o intervencionismo estatal que culminou na criação do *Welfare State* e da atual União Européia. Ao mesmo tempo, o conflito ideológico alcançava os países subdesenvolvidos e transformava o “desenvolvimentismo” na grande bandeira ocidental contra a expansão socialista com promessas de superação do atraso econômico e da diminuição das desigualdades sociais.

A crise econômica dos anos setenta atinge os Estados Unidos, o projeto desenvolvimentista e as políticas de base Keynesiana, ainda em plena Guerra-Fria, e alimenta os discursos sobre a decadência norte-americana como potência mundial. O conservador Ronald Reagan reacendeu os conflitos da Guerra-Fria (diplomacia das armas) e, com seus planos de valorização do dólar e a aliança entre o poder do estado e o capital, principalmente o financeiro (diplomacia do dólar), estabeleceu as bases para a recuperação da hegemonia americana. Ainda de acordo com Fiori (1998, p. 121), nos anos oitenta “consolidasse e generaliza-se a nova estratégia econômica norte-americana para sua periferia... Em 1989, um economista norte-americano chamou de Consenso de Washington ao programa de políticas fiscais e monetárias”. Tais políticas foram

associadas a reformas institucionais, desestatizantes, sustentadas pela abundante oferta de capitais, propiciada por uma crescente globalização financeira.

Em plena época do predomínio do discurso anunciador do “declinismo” norte-americano, Tavares (1998), em artigo escrito em 1985, chama atenção para a capacidade de recuperação da hegemonia dos Estados Unidos ao afirmar que:

O fulcro do problema [da recuperação] não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico-financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários. Este poder deve-se menos à pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação, do que a uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan. (Tavares, 1998, p. 28)

Haveria, de acordo com a autora, uma acatização geral da necessidade de ajustes recessivos, como política econômica, sincronizados com uma ideologia conservadora.

O fim da Guerra-Fria coloca novamente o debate entre os idealistas e realistas, frente à globalização e à complexificação do mundo, fornecendo às contradições americanas uma ocasião única para se explicitarem. Hoje em dia, soterrados os fantasmas da Guerra Fria, retoma-se o debate secular sobre a estratégia exterior e das relações com os outros países, fortemente marcado pela emergência da concepção internacionalista/globalista se contrapondo aos realistas e isolacionistas.

Até o fim da Guerra-Fria continuaram vigorando os princípios clássicos da geopolítica americana vindos da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto. Apenas as formulações do poder marítimo estavam superadas pelas novas tecnologias bélicas. O novo papel dos Estados Unidos

no pós-Guerra-Fria merece um estudo aprofundado que está sendo efetuado.

O lugar que os Estados Unidos ocupam no mundo não permite o isolacionismo que alguns americanos almejam (e que o presidente atual prioriza). A verdadeira questão posta atualmente é muito mais sobre a natureza do intervencionismo do que sobre o intervencionismo em si.

Os problemas econômicos, políticos e sociais crescentes vividos internamente pelo país (embora com grandes realizações, nesses aspectos) conduzirão a qual política externa? Contradições e contrastes no interior da sociedade americana (Rua, 1998, p. 79) têm se refletido, frequentemente, nas indecisões (e, às vezes, falta de coerência) quanto à política externa, setor que pouco interessa ao público americano. Isto tem dado ao presidente e ao congresso a possibilidade de um intervencionismo seletivo (intervenção em algumas situações e abandono de outras).

NOTAS

- * Professor-assistente do Departamento de Geografia da UERJ e do Departamento de Geografia e Meio-Ambiente da PUC-RIO.
- ¹ Como definição básica de Geopolítica, ficamos com dois momentos de Vesentini quando escreve que “a geopolítica, então, é o discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico; é o conhecimento (sempre voltado para a ação) que visa a assegurar e fortalecer a soberania de um Estado nacional tanto em relação aos demais Estados como sobre o seu território, no seio da sociedade onde ele encontra sua razão de existir” (1986, p. 57). Fica patente, aí, mais uma vez, a ação intencional relacionada à soberania. O mesmo autor, em obra recente (Vesentini, 2000, p. 10), ao tentar distinguir estratégia, geoestratégia e geopolítica, lembra que esta última “tem como preocupação fundamental a questão da correlação de forças – antes vista como militar, mas hoje como econômico-tecnológica, cultural e social – no âmbito territorial, com ênfase no espaço mundial”. Amplia-se, assim, o conceito, tentando superar a relação direta geoestratégia/geopolítica, embora, como o próprio autor admite, na prática isto sempre tenha sido extremamente difícil.

Neste artigo tentaremos juntar estas duas concepções.

- 2 Esse jornalista proclamava o direito divino do povo americano de subjugar o continente e espalhar suas instituições benevolentes sobre ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, Ulsich. *O que é Globalização?* Equívocos do globalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 282p.
- CHALIAND, G. e RAGEAU, J. *Atlas Stratègique*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1993. 220 p.
- CHIAPPIN, J. R. N. O Paradigma de Huntington e o Realismo Político. *Lua Nova*, CEDEC, São Paulo, n. 34, p. 37-54. 1994.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: HUCITEC, 1992. 374 p.
- FIORI, José Luis. Globalização, hegemonia e império. IN: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. 413 p. p. 87-150.
- JACQUET, J. e MOISI, D. Une Superpuissance em quête d’un role. *Ramsés 1997*, Institut Français dès Relations Internationales, Paris, p. 229-280. 1996.
- MELLO, L. I. A. *Quem tem Medo da Geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp. 1999. 228 p.
- MOISI, D. États-Unis: Réglages Externes et Incertitudes Politiques. *Ramsés 1998*, Institut Français dès Relations Internationales, Paris, p. 61-71. 1997.
- NARO, Nancy. *A Formação dos Estados Unidos*. Campinas: Atual/UNICAMP, 1987. 72 p.
- PAMPLONA, M.A. *Revendo o Sonho Americano (1890-1972)*. São Paulo: Atual, 1995. 106 p.
- RUA, J. Estados Unidos: Crise e Recuperação da Potência Imperial. IN: HAESBAERT, Rogério (org.). *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*. Niterói: EdUFF, 1998. 308 p. p. 55-104.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 472 p.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da Hegemonia norte-americana. IN: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (orgs.). *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. 413 p. p. 27-54.
- VESENTINI, J. W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986. 249 p.

VESENTINI, J. W. *Novas Geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2000. 125 p.

VIGEVANI, T; VEIGA, J.P.C.; MARIANO, K.L.P.

Realismo versus Globalismo nas Relações Internacionais.

Lua Nova, CEDEC, São Paulo, n. 34, p. 5-26. 1994.

ABSTRACT

The American imperial potency, traditionally linked with classic themes of strategy and power relations, is discussed here in terms of the influence that the main theoretical approaches – idealism,

realism, isolationism and internationalism – have had on its foreign policy during the two last centuries; basically idealistic in philosophy but realistic in execution. The aim of the present essay is to show and debate the problems and contradictions that had paved such policy, especially its implications for Latin America.

KEYWORDS:

United States; Power; Strategy; Foreign Policy.